



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 106

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 255ª SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE SETEMBRO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Realizações da administração do Dr. Gastão Cesar Bierrenbach, à frente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo — SABESP.

DEPUTADO CELSO PEÇANHA — Defesa do Partido Trabalhista Brasileiro — PTB, face noticiário publicado em órgão da Imprensa do Estado de São Paulo, a respeito do apoio que teria sido dado, por aquela agremiação, a um candidato à Presidência da República.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS TEIXEIRA — Dia Internacional de Alfabetização.

DEPUTADO ELQUISSON SOARES — Entrevista que teria sido dada pelo Deputado Flávio Marcílio, segundo a qual S. Exª irá apresentar emenda propondo a redução do período de desincompatibilização, caso haja eleição direta para escolha do sucessor do Presidente João Figueiredo.

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Posição de S. Exª em relação a candidato do PTB ao Colégio Eleitoral.

DEPUTADO FLÁVIO MARCÍLIO, em explicação pessoal — Esclarecimentos a propósito do pronunciamento do Deputado Elquisson Soares feito na presente sessão, a respeito de apresentação de emenda sobre a redução de prazo para desincompatibilização, caso haja eleição direta para Presidente da República.

DEPUTADO NILSON GIBSON, como Líder — Solidariedade ao Deputado Celso Peçanha em virtude de ataques dirigidos a S. Exª em pronunciamento

feito na presente sessão. Solicitando o encerramento da sessão por falta de **quorum** para o seu prosseguimento.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Acolhimento da solicitação do Sr. Deputado Nilson Gibson atinente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão e convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 256ª SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE SETEMBRO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Comunicação da Liderança do PDS no Senado Federal

De substituição de membros em Comissão Mista.

2.2.2 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ELQUISSON SOARES — Decisão adotada pelo Senador Moacyr Dalla, concernente à apreciação da Emenda Theodoro Mendes.

DEPUTADO SEBASTIÃO NERY — Dinamismo da revista **Afinal**. Decisão do Presidente do Congresso Nacional com relação à Emenda Theodoro Mendes.

DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA — Críticas à decisão tomada pelo Senador Moacyr Dalla, atinente à Emenda Theodoro Mendes.

DEPUTADA LÚCIA VIVEIROS — Protestando apresentar emenda à proposta de emenda à Constituição, de autoria do Deputado Jorge Carone, a ser oportunamente lida.

DEPUTADO JORGE CARONE — Proposta de emenda de autoria de S. Exª, que altera, acrescenta e suprime dispositivo da Constituição.

DEPUTADO THEODORICO FERRAÇO — Observações à decisão adotada pelo Presidente do Congresso Nacional, no concernente à tramitação da Emenda Theodoro Mendes.

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUTCLIFFE, como Líder — Considerações sobre decisão tomada pelo Senador Moacyr Dalla, relativa à Emenda Theodoro Mendes.

2.2.3 — Questão de Ordem

Suscitada pelo Sr. Jacques D'Ornellas e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

2.2.4 — Comunicação da Presidência

Convocação de Sessão Conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 15 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 257ª SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE SETEMBRO DE 1984

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS — Homenagem da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados ao médico veterinário.

3.2.2 — Questão de Ordem

— Suscitada pelo Sr. Jacques D'Ornellas e acolhida pela Presidência atinente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

3.2.3 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.3 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

Ata da 255ª Sessão Conjunta, em 10 de setembro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Severo Gomes — Henrique Santillo — Mauro Borges — José Fragelli — Saldanha Derzi — Afonso Camargo — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Olavo Pires — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Epitácio Cafeteira — PMDB; João Alberto de Souza — PDS; José Ribamar Machado — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; Lúgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Antônio Moraes — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS.

Sergipe

Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Santana —

PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; José Penedo — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Franciso Studart — PTB; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Eudes — PT; Osmar Leitão — PDS; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Milton Reis — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Darcy Passos — PMDB; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; Mário Hato — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; José Tavares — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Hugo Márdini — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS;

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 41 Srs. Senadores e 128 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações

Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A administração da SABESP — Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo — irmanada à Proposta Montoro para o Governo Democrático, direciona sua atuação para maior justiça social.

Devido ao constante agravamento da política recessiva do Governo Federal, a empresa enfrenta imensos obstáculos que, pouco a pouco, estão sendo, galhardamente, superados. Isto, em consequência do apoio recebido das autoridades do Estado e pela dedicação e competência profissional dos colaboradores da empresa.

O maior obstáculo financeiro dá-se em decorrência dos financiamentos obtidos, anteriormente, junto ao PLANASA. Sendo as amortizações e juros corrigidos pela UPC, traduz-se num acréscimo desproporcional e de difícil erradicação.

Esta administração desenvolve um programa baseado na austeridade a contenção, visando uma real redução de despesas a fim de absorver os custos financeiros, um dos grandes desafios da economia vigente.

No exercício de 1983, as pequenas obras atingiram 5,7% de novos usuários e houve a implantação de 17 novos reservatórios, 37 estações elevatórias, 23 poços profundos, 74 Km de adutoras e 7 estações de tratamento de esgotos. Ainda, foram feitas 200 mil ligações de água e esgotos, sendo 43% para o interior do Estado, que recebeu, também, 57 % dos 2.200 Km de novas redes instaladas.

Este programa de obras beneficiou 194 comunidades e mais 134 municípios não servidos pela SABESP, receberam assistência técnica através da CAMU — Coordenação de Assistência aos Municípios.

As favelas, situadas na região metropolitana, foram servidas por instalações não convencionais, minorando o desconforto vivenciado por seus moradores.

Em seus novos programas de expansão de redes de distribuição de água e coleta de esgotos, na Região Metropolitana e no interior, a SABESP tem recebido a colaboração de autoridades municipais. Em inúmeras obras, a Prefeitura fornece mão-de-obra local e a população beneficiada também participa, em regime de mutirão.

Em sintonia com a Proposta do Governo, a SABESP implantou, em agosto de 1983, a tarifa social, onde os pequenos consumidores foram favorecidos com reduções de 50% para o consumo de até 10.000 litros de água por mês. Em 1984, este auxílio atingiu aos consumidores dos municípios do interior do Estado, perfazendo um total de 10 milhões de habitantes beneficiários.

Neste incansável trabalho, destacamos ainda a consolidação do plano de recuperação econômica da empresa. Sendo que, já são significativos os resultados no redirecionamento e controle dos investimentos, na redução de custos de obras, na recuperação e aumento de receita, na redução de perdas e na concentração de custos de operação e manutenção.

Desta feita, louvamos a eficiente administração da SABESP, que através do Diretor Presidente, Gastão Cesar Bierrenbach e toda sua equipe, vem reconstruindo e aprimorando a empresa. Esta é uma realização de pequenas obras, de atendimento às necessidades imediatas da população e pela revisão do uso errôneo dos antigos conceitos de economia de escala e produtividade, que, no passado, eram direcionados para as obras faraônicas. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Peçanha.

O SR. CELSO PEÇANHA (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Venho a tribuna em defesa do meu Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, haja vista que ele foi atacado, no final da semana passada, por um grande jornal do Estado de São Paulo, procurando envolvê-lo em assunto que não diz respeito. Uma nota caluniosa, completamente falsa, provocou a repulsa de toda a Bancada Federal do PTB.

O jornal dizia que o PTB, através de conseguir composição de dívidas de uma empresa paulista, tinha assegurado votos a um candidato à Presidência da República.

Sr. Presidente, desde logo percebi que a nota era para ferir, ferir fundo, a todos os meus companheiros do Partido. Ela não feria somente ao Presidente do PTB, Deputado Ricardo Ribeiro, não feria somente ao Líder que fala neste instante, mas atingia ventilador que estivesse soltando mentiras e espalhando calúnias, atingia a todo o Partido Trabalhista Brasileiro.

Sr. Presidente, a Deputada Ivete Vargas, saudosa, tão querida, nossa líder, nossa chefe, certa vez solicitou-me que fosse ao Ministro da Indústria e do Comércio da época, o Dr. Camilo Penna, e procurasse saber do pensamento dele com referência à composição da dívida do empresário Jorge Wolney Atalla. Estive com o Sr. Ministro da época e S. Ex^a, com muita altivez e dignidade, disse-me que iria ouvir os órgãos competentes. O assunto é técnico, essencialmente técnico e envolve exames, estudo do Banco do Brasil, do Banco Central, de bancos particulares e do Instituto do Açúcar e do Alcool. A Deputada Ivete Vargas tinha interesse nesta composição. E Sr. Presidente, somente a pedido dela, lá estive. Reconheço que o empresário é um homem que tem trabalhado para o desenvolvimento deste País, tem tentado incrementar a indústria e desenvolver a lavoura, notadamente no setor cafeeiro. Eu não tenho o menor interesse particular no caso. O PTB, não foi envolvido no assunto. Mas um Deputado de nossa bancada, irritado — homem que quer nos conduzir ao seu pensamento e apoiar o seu candidato — procura enlamear-nos e ofender a todos nós.

Sr. Presidente, qual é o Deputado Federal que não foi solicitado por uma empresa do seu Estado a pedir ao Ministro ou à direção do Banco do Brasil, para resolver, através de uma composição, um pagamento mais longo à sua dívida? Tenho sido solicitado por vários empresários, não somente do meu Estado, mas do Brasil inteiro para ouvir os órgãos competentes a esse respeito.

Há cerca de quatro meses, a Cooperativa Central dos Produtores de Leite Limitada — CCPL — com sede no Rio de Janeiro, solicitou-me para ir, junto com o Senador Amaral Peixoto e os Deputados Saramago Pinheiro e Hamilton Xavier, à presença do Ministro do Planejamento para tratar da sua dívida. Lá estive em defesa de interesse do meu Estado, em defesa de interesses do empresariado e ali, vale dizer, de uma cooperativa. Recebi, depois, Sr. Presidente, o seguinte telegrama, assinado pelo Sr. Alfredo Martins Lopes, Presidente da CCPL, nos seguintes termos:

Da: Cooperativa Central dos Produtores de Leite LTDA — CCPL

Para: Câmara dos Deputados de Brasília.

N/REF: Pres-1371/84

Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Celso Peçanha.

Agradecemos a V. Ex^a a participação na reunião com S. Ex^a o Sr. Ministro Delfim Netto. Destacamos empenho de V. Ex^a no encaminhamento do pleito da CCPL, e encarecemos que prossiga gestões junto ao Sr. Ministro e ao Banco do Brasil dada a urgência que temos em quitar os débitos da cooperativa. No Banco do Brasil fomos informados que havia problemas com o cadastro, o que nos surpreendeu, mas hoje mesmo estaremos tomando conhecimento e providências no sentido de sanar o que houver.

Atenciosamente, Alfredo Lopes Martins Neto, Presidente

CCPL — Rio de Janeiro

Sr. Presidente, e veja a Casa, veja que é uma CCPL que nos solicita. Sei que a calúnia visa atingir alguém. Há pessoas que não se importam com a sua moral nem com a sua vida particular, mas tentam sempre ofender a seus companheiros, a seus colegas sem nunca poderem apresentar ao seu povo uma obra, uma realização.

Sr. Presidente, a calúnia atingiu a todo o partido. Por isso repito: o PTB não tem interesse na composição de dívida de ninguém. O Líder lá esteve tratando do assunto a pedido da saudosa Presidente Ivete Vargas, e prossegurei, porque acredito que todos os usineiros deste País

estão sempre a solicitar, a bater às portas do Instituto do Açúcar e do Alcool, solicitando a composição de sua dívida. Sou filho de um plantador de cana e conheço o trabalho de todos eles porque vim da região dos usineiros. Por isso, se amanhã for solicitado por qualquer empresário estarei pronto a servir, mas desafio que eu ou qualquer colega do Partido Trabalhista Brasileiro tenha empenhado a sua ação, a sua palavra em favor de qualquer candidato à Presidência da República. O meu Partido tem declarado da tribuna que é a favor das diretas e tem tomado as posições as mais claras no Congresso Nacional. O meu Partido quer votar num candidato à Presidência da República e não se filiou a "A" ou a "B", não se posicionou de um lado ou de outro. O meu Partido quer que esta Nação realize uma eleição e diretamente escolha o melhor candidato para presidir-la, pela vontade do povo.

Sr. Presidente, repilo a ofensa que veio diretamente aos meus colegas do Partido. O Presidente não está envolvido neste assunto; nenhum empresário ofereceu ao PTB recursos. Desafio que alguém prove. Peço que convoque aqui ao empresário citado para que ele diga se algum dia o Líder do Partido ou o Presidente do Partido solicitou-lhe algum favor.

Fui apresentado ao Sr. Jorge Wolney Atalla pelo Deputado Renato Azeredo, seu amigo pessoal, já falecido que me apresentou, no mesmo andar onde tenho meu gabinete, dizendo-me que se tratava de um grande empresário, e Deputados foram testemunhas da defesa que aquele saudoso e querido Deputado fez do empresário, quando ouvido, creio, aqui numa comissão parlamentar.

Sr. Presidente, sem ofender ao colega que se envolveu no assunto, aguardando um pronunciamento dele para dizer mais do que convém, eu declaro: "O PTB não se vendeu e jamais se venderá; não tomou posição ao lado de um candidato "A" ou de um candidato "B". O PTB continua na sua linha de posicionamento a favor das diretas".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Teixeira.

O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

No último dia 8, comemorou-se o Dia Internacional da Alfabetização, e o Brasil tem procurado encontrar caminhos para dissipar de uma vez por todas este drama do analfabetismo.

Essa luta começou pela Igreja católica, através do Movimento de Educação de Base, iniciado por Dom Eugênio Sales, em Natal, através do serviço de radiofonia, para a realização deste extraordinário empreendimento que se constituía nas bases fundamentais para dissiparmos de vez esta chaga do quadro educacional brasileiro. Posteriormente, somou-se a este empreendimento uma das mais queridas figuras do episcopado brasileiro, o saudoso ex-Arcebispo de Aracaju, Dom José Vicente Távora, que procurou também, a nível de Sergipe, realizar um trabalho extraordinário neste campo da atividade. Veio 1964, e o golpe militar procurou retirar da Igreja católica o comando do processo de eliminação do analfabetismo. Criou-se, então, o MOBRL, com o apoio decidido de recursos oriundos das empresas em todo o Brasil. De lá para cá, foram tantos os episódios negativos da aplicação desses recursos, que se chega hoje ao quadro doloroso de se verificar que, ao invés de diminuirmos o grau de analfabetismo da Nação, ele se ampliou no decorrer destas duas últimas décadas.

Toma-se conhecimento agora que os Agentes do MOBRL, através do Decreto-lei nº 74.562, de 1974, estão recebendo apenas doze mil e oitocentos cruzeiros por

mês. Existindo em todo o Brasil cerca de cento e cinquenta mil monitores para desempenhar este papel extraordinário da educação, compreende-se, Sr. Presidente, porque nestas duas décadas falhou o atual Governo e todos os que o antecederam na grande luta do processo de alfabetização no Brasil. Se o próprio Governo não é capaz de pagar ao seu agente, no plano de alfabetização, pelo menos o salário mínimo, o que se pode exigir desses monitores, desses agentes de alfabetização, em termos de dedicação, em termos de compromisso com a sociedade, em termos de desenvolvimento, em termos de eliminação desta chaga da vida nacional, que é o analfabetismo? O que se pode esperar, efetivamente, de um Governo que teima em não dar à educação o ponto fundamental de uma administração pública?

Verifica-se, também, neste instante, que a Emenda Constitucional João Calmon, que foi referendada pelo Congresso brasileiro e é hoje parte integrante do texto de nossa Carta Magna, esta Carta que todos nós desejamos aperfeiçoar — e só acreditamos no seu aperfeiçoamento através de uma Assembléia Nacional Constituinte — não está sendo cumprida pelo atual Governo. E, num desafio ao Congresso Nacional, encaminha-se o Orçamento de 1985 com menos de 13% para o Ministério da Educação e Cultura. É a prova evidente de que este Governo não está pensando no Plano Geral de Alfabetização, não está pensando em dignificar a pessoa humana, não está pensando em incorporar ao desenvolvimento da Nação a juventude de nossa Pátria.

Deixo aqui, Sr. Presidente, no registro do Dia Nacional de Alfabetização Mundial, aquilo que o Brasil deixou de ter no atual Governo, o apoio integral e efetivo na valorização humana, nas perspectivas de progresso, de grandeza e de afirmação das novas gerações. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Elquisson Soares.

O SR. ELQUISSON SOARES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É curioso que o grupo malufista desta Casa esteja hoje tão interessado, tão excitado, na busca da leitura desta mensagem. Durante estes dias, a imprensa tem noticiado que as estrelas maiores do malufismo começavam a mostrar a contradição do PMDB ou das oposições que, lutando pelas eleições Diretas Já, estariam apresentando uma emenda propondo eleições para 1988. É evidente que o PMDB não tem interesse em impedir o andamento de nenhuma proposta de nenhum Deputado, seja ele do nosso Partido ou de qualquer outro partido. O fundamental é que se faça democracia nesta Casa, o fundamental é que as emendas apresentadas tenham o andamento normal. Por que ela não vai ser lida hoje? Porque o Congresso Nacional, através do Sr. Moacyr Dalla, não está praticando democracia, até pelo contrário, está transformando o Congresso Nacional num comitê de Paulo Maluf. A Nação inteira tem interesse na votação da Emenda Theodoro Mendes. Por que é que ela não vem a Plenário? E por que o malufismo se excita com essa que prevê eleição direta para 1988? Que eles promovam junto ao Presidente do Senado, imediatamente, a vinda da Emenda Theodoro Mendes a Plenário. O Sr. Flávio Marcílio, que tem enganado a opinião pública o tempo todo com a proposta do fortalecimento do Poder Legislativo, sempre viveu às custas disso. Essa semana ele deu uma entrevista dizendo que vai propor a redução do período de desincompatibilização para 90 dias, a fim de beneficiar o Governador Leonel Brizola, no caso das eleições "Diretas Já". Pois se S. Ex.^a, que fala pelo malufismo, tem dúvidas do nosso comportamento em relação a isso, que faça uma Subemenda na Emenda Theodoro

Mendes propondo a desincompatibilização para 90 dias. O que queremos é que todos os democratas participem das eleições diretas. Faço um desafio ao Sr. Flávio Marcílio; que ele traga a sua Subemenda à Proposta Theodoro Mendes, para que ela seja votada esta semana. Que traga o Sr. Paulo Maluf também para votar, porque queria ver o Sr. Paulo Maluf concorrendo não com o Tancredo Neves, em eleições diretas — que é o homem, hoje, mais forte do País — queria ver Maluf concorrendo com Brizola, até concorrendo com Celso Peçanha, do pequenino PTB, que está tão desacreditado. Ganha Celso Peçanha, porque Maluf não tem crédito junto à Nação; Maluf não tem condições morais de disputar eleições diretas. Maluf é um homem que não pode sair às ruas, porque se sair vai sofrer vexames. Qualquer homem comum, da rua, seja ele um trabalhador rural, seja ele um engraxate, seja ele quem for, se tiver Maluf pela frente, irá agredir, porque Maluf é, sem dúvida alguma, a maior mancha desta Nação. E a Nação está promovendo a sua autodefesa. Combater Paulo Maluf é fazer a autodefesa do País.

Por isso, Sr. Presidente, desafio o Sr. Flávio Marcílio a assumir a atitude que prometeu pela imprensa. Ele está fazendo provocação de baixo nível, porque ele não tem competência, não tem coragem, não tem condições de fazer uma Subemenda à Proposta Theodoro Mendes, propondo a desincompatibilização por noventa dias. Se a fizer, todos vamos a aprovar, todos nós! E eu desafio S. Ex.^a a fazer a emenda e comparecer ao Plenário, para votá-la. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Venho a tribuna para um assunto que deveria tratar na Convenção Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro. Se houvesse a Convenção no dia 2 de setembro, como estava marcada para indicar o candidato à Presidência da República, eu teria ido à Convenção do Partido para dizer aquilo que direi agora:

Os dirigentes do Partido Trabalhista Brasileiro conspurcaram a honra do partido, enlamearam a sua bandeira trabalhista, exatamente no instante em que aqui compareceram em massa para votar, a favor do Decreto 2065, denegando o passado trabalhista, denegando a honra do Partido, esmagando os trabalhadores, e contando com a Liderança de Celso Peçanha, Líder desta Bancada, que nomeou seu filho no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em troca desse espúrio voto em favor deste Governo. Não fui eu quem recebi, nem aceitaria o cargo na COBAL. Não fui eu, e nem aceitaria o cargo do IBDF! Não fui eu, e nem aceitaria a eleição do meu filho para um cargo público, em troca do voto que o povo a mim outorgou. É o Deputado Celso Peçanha. É conhecida a sua estória desde o tempo em que foi vice-Governador e Governador do seu Estado. E eu trarei para esta Casa a estória deste homem que ousa ir à televisão falar de mim para manchar meu nome com salpicos de lama, dizendo que mandei para esta Casa, um dia, um atestado de saúde.

Mandei sim, Sr. Presidente! Mandei o atestado de saúde atendendo à Constituição, porque não quis praticar o vilpêndio, a traição, de votar a favor do Decreto 2065, que transformou o Partido Trabalhista Brasileiro em mercadoria, entregando-a ao Governo, em troca do voto, a quê?

E agora, Sr. Presidente, está urdindo um programa, em que está envolvido um desonesto empresário brasileiro, numa negociata das mais sérias, envolvendo o Líder Celso Peçanha que se transforma em advogado administrativo o qual vai aos gabinetes para pleitear, em favor

do empresário desonesto e inadimplente, empréstimo público para cobrir o débito que mantém contra o Banco do Brasil, contra o Banco do Desenvolvimento Econômico e Social, contra os bancos oficiais e contra os bancos particulares.

São estes, o Deputado Líder aqui, e o Presidente do Partido, Ricardo Ribeiro, que iguais andarilhos empobrecidos, pretendendo retirar vantagens, ocupam os lugares, os escaninhos do Governo e, em troca, querem dar o voto a Paulo Salim Maluf, que pretende ser Presidente da República.

Não contem comigo, petebistas, não contem com este representante do povo. Falarei nas praças, falarei nas ruas, falarei nas oficinas, e desta tribuna parlamentar, para denunciar.

Olhe para mim, Deputado Celso Peçanha! Tenha a coragem de olhar para mim! Porque, em verdade, V. Ex^a é aquele andarilho a que me refiro.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho. (Tumulto) Fazendo soar a campainha.) — O tempo de V. Ex^a já está esgotado. Não votarei em Paulo Salim Maluf e não pactuo com essa desonestidade violenta que V. Ex^s do Partido Trabalhista Brasileiro estão pretendendo, para enlamear a bandeira do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Deputado Farabulini Júnior, o tempo de V. Ex^a está esgotado!

O SR. FARABULINI JÚNIOR — Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Flávio Marcílio para uma explicação pessoal, por 10 minutos conforme o art. 16, item V letra "a" do Regimento Interno do Senado.

O SR. FLÁVIO MARCÍLIO (PDS — CE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ainda há pouco, no meu gabinete, ouvi as palavras do nobre Deputado Elquisson Soares, lançando-me um repto a apresentar uma emenda.

Tenho, Sr. Presidente, a esclarecer à Casa o seguinte: Em primeiro lugar, lamento profundamente a maneira como os debates estão sendo conduzidos. Qualquer um de nós tem o direito e o dever de tomar posição de acordo com sua consciência, mas de respeitar o antagonista. Ter respeito mútuo é a base de qualquer construção da ordem social, e não apenas da ordem política, da ordem democrática que desejamos construir.

Em tempo algum, Srs. Parlamentares, afirmei que apresentaria emenda de eleições diretas, com prazo de três meses para inelegibilidades.

O meu ponto de vista, nesta Casa, é conhecido, e não é em função do atual Colégio Eleitoral, porque muito antes deste, ainda quando não estávamos eleitos para este mandato, votava-se a Emenda Lobão restaurando as eleições diretas para Governador eu afirmava: "Sou contra eleições diretas para Presidente da República".

Reconheço que o povo brasileiro está na disposição de eleições diretas, mas a minha posição política — porque doutrinariamente considero ambas democráticas — é pelas eleições indiretas para Presidente da República; haverá, no entanto, um momento de consolidação, quando da reforma global da Constituição.

Assumi, Srs. Parlamentares, a posição contra as eleições diretas, na votação que se fez nesta Casa. Ultimamente, o candidato Paulo Salim Maluf, foi reptado, pelo então candidato a Governador das Oposições, o nobre ex-Governador de Minas, meu amigo particular, Tancredo Neves, para aceitar eleições diretas. Maluf não respondeu diretamente, mas disse que seria candidato em qualquer eleição. O meu ponto de vista pessoal é aquele que transmita **O Estado de S. Paulo** e que está consubstanciado na íntegra das minhas declarações.

No momento, para mim, nobre Deputado Elquisson Soares, Srs. Parlamentares, o essencial é a manutenção das rédeas do jogo como elas se encontram estabelecidas, porque não é possível que na proximidade das eleições ainda estejamos a discutir o que vamos fazer, qual a lei que vai dirigir esta nossa caminhada para o processo democrático. Mas acrescentei: "Se realmente as oposições querem eleições diretas, que se abra um leque na situação atual, para participação de todos que desejarem co-participar das eleições, acabando-se a inelegibilidade".

Não seria, nobre Deputado Elquisson Soares, uma emenda de minha autoria, como foi anunciada, porque se fosse de minha autoria, eu teria coragem de fazê-la e enfrentar a aceitação ou não, dos nobres Parlamentares. Mas, o que afirmei é que nestas circunstâncias voltar ao assunto de diretas, não mais se justificaria o por quê! Porque os candidatos estão lançados. Tinha que se votar uma modificação das Convenções e reduzir as diretas pelas que já estão lançadas, se fossem mantidas as Convenções. Portanto, o projeto teria que ser examinado sob um ponto de vista mais amplo, a partir das inelegibilidades absolutas para abrir o leque a todos os partidos.

Agora, nobre Deputado Elquisson Soares, não aceito o seu repto justamente porque não apresentaria nenhum projeto de lei pelas emendas. E disse mais: Isto é problema das Lideranças, daqueles que querem a modificação das regras do jogo sucessório. Mas, estas modificações eu as examinarei dentro desta colocação.

São estas, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, as minhas declarações esclarecendo o assunto e fazendo um apelo aos colegas: Respeitem os antagonistas. Todos nós temos as nossas divergências, temos as nossas idiossincrasias, mas não construiremos nada, em nada valorizaremos esta Casa se colocarmos as nossas posições dentro de afirmações pesadas, grosseiras, como têm sido feitas indistintamente nesta Casa. É o apelo que eu, como Presidente desta Casa por três vezes, que nunca tratei um deputado como um deputado de um partido, mas como deputado integrante desta Casa, tenho o direito de fazer para que nós, respeitando a nós mesmos, em primeiro lugar respeitemos os nossos antagonistas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Congressistas. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Nilson Gibson (PDS — PE) — Sr. Presidente, peça a palavra para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilson Gibson, para uma comunicação de Liderança.

O SR. NILSON GIBSON (PDS — PE. Para uma comunicação de Liderança. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O PDS, evidentemente, não poderia, nesta ocasião, deixar de prestar a sua mais irrestrita solidariedade ao nobre e ilustre Líder do PTB que, de maneira grosseira, de maneira desleal, foi atacado por um ilustre parlamentar, membro do Partido político, no qual esse Líder exerce o seu mandato. Evidentemente, Sr. Presidente, este homem, que hoje lidera o Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa, tem um passado dos mais heróicos, dos mais corretos, dos mais importantes na vida parlamentar. Por que esse heroísmo a que me referi? Porque trata-se de um homem modesto, vindo de uma atividade profissional, de um simples e laborioso administrador chegou a ser Governador do seu Estado, Rio de Janeiro, em 1971. É um homem que tem um passado correto, dos mais limpos, que possa existir na classe política nacional.

Sr. Presidente, podíamos, evidentemente, para demonstrar esta adjetivação elogiosa que estamos a prestar em nome do nosso Partido, Partido que deu, evidentemente — PDS e PTB — uma lição de democracia, que iniciamos após o Projeto do Presidente Figueiredo e demonstramos que os partidos políticos podem, evidente-

mente, dentro de um entendimento, uma coligação honesta e correta, e não espúria, sem haver o amparo legal.

O Sr. Siqueira Campos — Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NILSON GIBSON — Ouço com muito prazer o aparte do Líder do PDS, nobre Deputado Siqueira Campos.

O Sr. Siqueira Campos — Nobre Deputado Nilson Gibson, V. Ex^a fala pelo nosso Partido, pois está no exercício da Liderança mesmo que não estivesse, onde V. Ex^a estiver falará em nome do nosso Partido, e o faz muito bem, no que se relaciona ao Sr. Celso Peçanha, que é um homem público de vida ilibada, probo e de integridade que faz com que todos nós nos orgulhemos de sermos seus colegas...

O SR. NILSON GIBSON — De uma integridade e honestidade invejáveis aqui, nesta Casa.

O Sr. Siqueira Campos — ...todos nós nos orgulhamos efetivamente de sermos seus colegas, porque Celso Peçanha integra o Parlamento após ter passado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, após o exercício de relevantes funções públicas em vários setores da administração do nosso País. É lamentável que, por um atrito, que deveria permanecer dentro do seu Partido, venha S. Ex^a ser, com o extrapolar desse atrito, atacado.

O SR. NILSON GIBSON — Nobre Deputado Siqueira Campos, permita-me fazer um aditamento a essa sua colocação. Somente os invejosos, somente aqueles, acredito, que não tenham dentro da sua vida familiar, dentro da estrutura da sua casa, um filho que possa galgar aquilo que todos nós desejamos e que todos nós sempre lutamos, que é, evidentemente, atingir um nível superior. O Deputado Celso Peçanha conseguiu isso. Conseguiu que todos aqueles que o rodeiam na sua casa, na sua família, tenham um passado limpo e correto.

O Sr. Siqueira Campos — Para concluir o aparte, eu diria a V. Ex^a que o extrapolar desse conflito interno, gerado pela incompreensão, incompreensão que está muito na moda, ninguém está por indisciplina...

O SR. NILSON GIBSON — Incompreensão e, às vezes, inveja.

O Sr. Siqueira Campos — ...aceitando a decisão da maioria. Isso aconteceu com o PDS; acontece com o PMDB de vez em quando, com os demais partidos e vem agora acontecer com o PTB. Uma decisão legitimamente adotada pela maioria do Partido, vem de ser questionada para, através desse questionamento se chegar, extrapolando-se a todas as linhas éticas e morais, que devem presidir a conduta do parlamentar, vir a atacá-lo, não o Celso Peçanha, mas o Parlamento brasileiro.

O SR. NILSON GIBSON — Nobre Deputado, uma coligação que existe. Nós poderíamos até lembrar a ex-Deputada Ivete Vargas, a grande heroína daquela luta para que pudéssemos implantar, dentro do regime democrático implantado pelo Presidente João Figueiredo, juntamente com o nosso Líder Nelson Marchezan, uma nova figura após 20 anos em que estava afastada a coligação, o entendimento entre o PTB e o PDS, que vem, evidentemente, algumas vezes com algumas falhas dentro do processo político, mas, todavia, dentro também, de princípios éticos e morais, demonstrando que, realmente, está atungindo os seus objetivos.

O Sr. Siqueira Campos — Nobre Deputado, diria a V. Ex^a, para concluir que, na realidade, a figura de Celso Peçanha assumiu a tal nível, que se confunde muito com o próprio Parlamento brasileiro. Quero me solidarizar com esse desagravo que V. Ex^a faz à figura do Líder do PTB nesta Casa e quero, também, estender esse desagra-

vo ao grande Ricardo Ribeiro que, na realidade, é um grande presidente. E quero, também, aproveitar esta ocasião em que V. Ex^a me concede um aparte para me solidarizar inteiramente com essa figura maior de estadista que conduz a nossa Casa, a Câmara dos Deputados, Sr. Flávio Marcílio, em todos os termos em que S. Ex^a se pronunciou, nesta manhã, perante o Congresso Nacional. Agradeço a V. Ex^a. V. Ex^a fala em nome de toda a Bancada, particularmente da Bancada de Goiás.

O SR. NILSON GIBSON — Agradeço a V. Ex^a O PDS, evidentemente, se associa às manifestações de solidariedade ao ilustre Presidente da Câmara dos Deputados.

A Sra. Lúcia Viveiros — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NILSON GIBSON — Pois não, nobre Deputada Lúcia Viveiros.

A Sra. Lúcia Viveiros — Nobre colega, acho que seria oportuno, neste momento, fazer esta declaração, uma vez que V. Ex^a está falando sobre esses acontecimentos desagradáveis e, ultimamente, nós só temos ouvido aqui discursos desagradáveis.

O SR. NILSON GIBSON — É isto mesmo, nobre Deputada.

A Sra. Lúcia Viveiros — Neste momento, lembro Victor Hugo, que dizia que há uma força mais poderosa do que tudo, é uma vontade, cujo tempo tenha chegado. E a vontade do povo brasileiro são eleições diretas já! Isto foi comprovado em todos os sentidos. Acho que toda esta confusão teria um fim, se elas forem realizadas. Inclusive, parabeneizei o Deputado Flávio Marcílio, pensando que ele apresentaria a subemenda de que falam os jornais. E, uma vez que ele declarou que não apresentará essa subemenda que deseja eleições diretas, inclusive desincompatibilizando todos para que possam participar de uma eleição direta já, eu, então, quero declarar que apresentarei emenda nesse sentido, a mesma Subemenda, exatamente essa que o Deputado Flávio Marcílio acaba de dizer que não apresentará. Porque, ainda agora, eu confirmo a minha posição: votarei nas "Diretas Já", inclusive se o PMDB deixar. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. NILSON GIBSON — Nobre Deputada Lúcia Viveiros, a posição de V. Ex^a merece ser louvada. É uma

posição política, e o político, evidentemente, tem os seus caminhos por onde ele possa enveredar, para alcançar seus objetivos.

Veja V. Ex^a, eu, modesto e humilde parlamentar do sertão pernambucano, continuarei a votar pela manutenção da Constituição. Por quê? Porque quando eu fiz a minha campanha em 82, eu a fiz dizendo que as eleições para Presidente da República eram indiretas. Quando em 1983, o meu Partido, o PDS, que era presidido pelo Senador José Sarney, também ele me ensinava que nós devíamos lutar pela manutenção do calendário, bem como a manutenção da Constituição, e, também, era contra a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Eu, este modesto homem a que me referi, aprendi, aprendi e espero não desaprender essa posição.

Sr. Presidente, gostaria, para poder encerrar, de prestar aquela minha solidariedade ao nobre...

A Sra. Lúcia Viveiros — Nobre Deputado Nilson Gibson, só um ligeiro comentário.

O SR. NILSON GIBSON — Pois não, nobre Deputada Lúcia Viveiros.

A Sra. Lúcia Viveiros — V. Ex^a, como eu, aprendemos a representar verdadeiramente o povo. Então, com que cara V. Ex^a e eu subiríamos novamente agora num palanque para pedir votos para nós, se não lutarmos, agora, pelas "Diretas Já", que é a vontade do povo brasileiro? É exatamente isso que me leva a tomar essa iniciativa. Uma vez que o Deputado Flávio Marcílio não apresentará essa emenda, eu a apresentarei. Muito obrigada a V. Ex^a.

O SR. NILSON GIBSON — Concluo respondendo a V. Ex^a. Realmente lutei tenazmente pela Emenda do Presidente João Figueiredo. Não era, possivelmente, o que mais se desejava nesta Casa, todavia, era o fortalecimento do Poder Legislativo. Quanto trabalhou o nosso Líder Nelson Marchezan para que pudéssemos aprovar a nossa emenda e que ela fosse promulgada!

Um ilustre parlamentar, e muitas vezes tenho dito isto nesta Casa, foi um dos homens sacrificados, com a sua esposa, pode até ter sido por engano do Movimento Revolucionário de 31 de março de 64, que o incluiu entre aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção, enquanto os Líderes do Sr. João Goulart, que aqui atuava no bloco parlamentar, não foram, evidentemente, prejudicados pelos atos de exceção. Veja V. Ex^a como há sem-

pre conflitos de política. Hoje, eu luto por essa Emenda do Deputado Jorge Carone, como uma maneira de consolidar a ele, o seu mais almejado posicionamento político que possam ter, realmente, aqueles que abraçam a carreira política. Eu só posso parabenizá-lo. Sabe ele que fui um dos primeiros a lutar por sua emenda, nesta Casa, e estou ao seu lado para que ela seja, *ipsis litteris*, na sua íntegra, aprovada no Congresso Nacional. Mas, como ia dizendo, Sr. Presidente, participava de missões no exterior, representando o Brasil à Conferência Internacional do Trabalho. Um homem sempre sensível à classe dos trabalhadores, foi ele para Genebra, na Suíça, junto à OIT, e apresentou teses em que ficaram gravados lá, dentro daqueles termos da convenção, o entendimento e sugestões dele e dos trabalhadores brasileiros. Representou a Câmara dos Deputados em vários congressos: em Porto Rico, Madri e San Diego da Califórnia; na Conferência Interparlamentar, em Berlim Oriental; visitou a Alemanha, a convite do seu Governo. Nobre Deputado Celso Peçanha, a Liderança do PDS, leva a V. Ex^a, nesta ocasião, a sua mais irrestrita solidariedade e o seu veemente protesto contra palavras vindas daqueles que, acredito são uns invejosos, em decorrência, até, da estrutura de sua família e por verem seus filhos chegarem àquilo que todos nós almejamos.

Não poderia deixar de concluir, Sr. Presidente, pedindo, também, que às palavras do Deputado Flávio Marcílio, nas suas explicações pessoais, fossem emprestados ao nosso apoio e nossa solidariedade.

E, para concluir, na forma do § 2º do art. 29 do Regimento Comum, peço, em decorrência da ausência de número, a suspensão dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Tem amparo regimental o requerimento de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste Plenário, destinada à leitura da Mensagem nº 78, de 1984-CN, referente ao Projeto de Lei nº 11, de 1984, que autoriza o Poder Executivo a abrir, à Justiça Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 161.490.000,00 (cento e sessenta e um milhões, quatrocentos e noventa mil cruzeiros, para o fim que especifica.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 48 minutos.)

Ata da 256ª Sessão Conjunta, em 10 de setembro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lenoir Vargas

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Morvan Acaýaba — Severo Gomes — Henrique Santillo — Mauro Borges — José Fragelli — Saldanha Derzi — Afonso Camargo — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; Ludge-

ro Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Ricardo Fiuza — PDS; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB.

Sergipe

Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; José Penedo — PDS; Prisco Viana — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Franciso Studart — PTB; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Eudes — PT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; Jo-

sé Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Milton Reis — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airtton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; Mário Hato — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; José Tavares — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Hugo Mardini — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 41 Srs. Senadores e 195 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário:

É lida a seguinte

Brasília, 10 de setembro de 1984

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição dos nobres Srs. Senadores Morvan Acayaba, Marcondes Gadelha e Almir Pinto pelos nobres Srs. Senadores Lourival Baptista, Galvão Modesto e José Lins na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre as Propostas de Emendas nºs. 6 e 7, de 1984, que Confere ao Congresso Nacional, durante a Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 48ª Legislatura, a ser inaugurada em 1º de fevereiro de 1987, as funções de Assembléia Nacional Constituinte, estabelecendo normas para o seu funcionamento”.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador **Aloysio Chaves**, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As substituições serão feitas na forma solicitada.

O Sr. Jacques D'Ornellas — Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Jacques D'Ornellas.

O SR. JACQUES D'ORNELLAS (PDT — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente:

Nós queríamos solicitar, uma informação da Mesa.

Aqui, no início da sessão, há o período de pinga-fogo, de breves comunicações. Queríamos saber se V. Exª vai colocar esse período agora em pauta, quer dizer, se nós Deputados e Senadores faremos uso da palavra, em breves comunicações, ou se vamos entrar na questão de discussão ou leitura de qualquer tipo de projeto?

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A Presidência constata que há um **quorum** muito reduzido no plenário, por isso, vai conceder a palavra aos Congressistas inscritos, aguardando naturalmente que se consubstancie um **quorum** mais denso, para que a sessão possa continuar.

O SR. JACQUES D'ORNELLAS — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Elquisson Soares.

O SR. ELQUISSON SOARES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, na sessão de hoje à tarde, no Senado, o ilustre Presidente do Congresso Nacional, Senador Moacyr Dalla, proferiu afinal a decisão sobre a Emenda Theodoro Mendes. Como era de se esperar, Sr. Presidente, o Presidente do Congresso Nacional malufou, deu realmente uma decisão que interessa ao grupo malufista na Casa.

Temos dito no Congresso Nacional, ainda que não se apróve nada em razão das obstruções que as Oposições vêm fazendo, exatamente na tentativa de fazer com que a Emenda Theodoro Mendes viesse a Plenário para votação, que o Presidente do Congresso Nacional havia realmente transformado esta Casa num comitê pró-candidatura Paulo Salim Maluf. É sabido, e toda a Nação tem consciência disso, que o candidato do PDS não tem interesse pelas eleições diretas porque, afinal de contas, ele é um homem que não pode enfrentar o povo, que não pode enfrentar a população, que não pode olhar de frente as multidões, porque seria vaiado, seria, na verdade, execrado em praça pública. Em razão disso, só lhe

resta o Colégio Eleitoral, e o Presidente do Congresso Nacional, de certo modo, está contribuindo para que a decisão se dê no Colégio Eleitoral.

A Emenda Theodoro Mendes, nos termos do voto proferido pelo ilustre Presidente do Congresso Nacional, somente por acordo de Lideranças viria a Plenário. Ora, Sr. Presidente, basta que um Líder não vote, não assine o pedido para a votação, evidentemente que a Emenda não virá, porque é da praxe da Casa que, faltando a assinatura de um único Líder, a matéria fica prejudicada. Por essa razão, o que houve, em verdade, foi uma decisão do Senador Moacyr Dalla, no sentido de negar a votação da Emenda Theodoro Mendes. S. Ex^a por mais que tenha invocado os salmos, por mais que tenha invocado os eclesiásticos, por mais que tenha invocado a Bíblia, em verdade, proferiu uma decisão que foi acordada com o malufismo. Foi uma decisão que interessava fundamentalmente ao Deputado Paulo Salim Maluf.

Dirão agora os malufistas que estamos obstruindo a Emenda Jorge Carone. A Emenda Jorge Carone, na minha opinião, é uma opinião pessoal, não tem a urgência da Theodoro Mendes. Ela prevê eleições diretas para 1988. E qualquer emenda que viesse a ser apresentada no sentido das "Diretas já" sofreria, de logo, a oposição do grupo malufista, que não tem interesse nisso e, evidentemente, estaríamos contribuindo apenas para tumultuar mais ainda essa questão das eleições diretas.

Por isso, estamos confiantes em que a Liderança do PMDB no Senado intente algum recurso no sentido de fazer com que a decisão seja do Plenário e não do Presidente do Congresso Nacional que, em verdade, deu o testemunho de que não deseja a votação da emenda porque está francamente favorável a decisão presidencial no Colégio Eleitoral.

Amanhã, Sr. Presidente, é provável que, vindo à Casa a Emenda do ilustre Deputado Jorge Carone, ela seja lida. Mas isso em verdade, é mais uma tentativa do grupo malufista que tem mais interesse nessa emenda do que nós mesmos, no sentido do tumulto do processo. É bom que não prolonguemos isso por muito tempo e é bom também que saíamos às ruas, que o PMDB perca as esperanças de que esta Casa se volte para os anseios populares e de que o PMDB, portanto, faça pressão de fora para dentro, mostrando, através das multidões que se aglomerarão nas ruas pedindo as "Diretas já", que ou o Congresso Nacional se transforma efetivamente na voz do povo ou também ele perderá completamente a credibilidade. Ainda há setores da opinião pública que têm confiança no Congresso Nacional, mas esse resto de confiança, esse saldo de confiança, o Congresso Nacional está perdendo, porque está agindo efetivamente contra a vontade da Nação brasileira.

Sr. Presidente, V. Ex^a sabe, V. Ex^a é um homem que tem buscado o caminho das urnas para sua carreira política. Portanto, V. Ex^a próprio dá o testemunho de que não há um brasileiro neste imenso País não deseje as eleições diretas. Esta posição do Congresso Nacional contrária a votação da Emenda Theodoro Mendes é incompreensível, é uma incongruência e, de fato, uma atitude incompreensível que apenas compromete o nome do Senado da República, que apenas compromete a Câmara dos Deputados e, por que não dizer, compromete o Congresso Nacional.

Tenho esperança, portanto, de que com um recurso da Liderança do PMDB, o meu partido faça com que o voto do ilustre Presidente do Congresso Nacional não prevaleça e que haja, assim, uma decisão de Plenário, porque não é possível que os Srs. Senadores, na maioria eleitos pelo povo brasileiro, desejem matar uma emenda que corresponde ao anseio de toda a população brasileira, apenas para atender ao ilustre Deputado Paulo Maluf, que não tem outra chance de concorrer à Presidência

da República, e para perder feio, mesmo assim, senão no Colégio Eleitoral.

É esta, Sr. Presidente, a manifestação que temos, nesta tarde, e a esperança de que o Senado se redima, e também o Senado passe a ouvir o que diz o povo brasileiro a quem ele tem a obrigação de representar. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sebastião Nery.

O SR. SEBASTIÃO NERY (PDT — RJ. — Pronuncia o seguinte discurso sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, tenho a honra de, nesta Casa, além de Deputado ser um jornalista profissional. Há muitos jornalistas profissionais Deputados nesta Casa e no Senado Federal. Mas, Sr. Presidente, tenho a honra de ter sido, nas últimas eleições, se não me engano, o único jornalista profissional eleito, para primeiro mandato, para esta Casa. Por isso, cumprio o dever de vir aqui saudar a revista *Afinal* que, pela segunda semana, chega às bancas do País. Não sei, Sr. Presidente, quem são seus donos, mas conheço muitos dos ilustres e brilhantes jornalistas, o relator chefe, diretores de sucursais, editores políticos, editores econômicos e não foi surpresa para mim encontrar, no primeiro número, e já agora, mais ainda, no segundo uma revista moderna, bonita, inteligente e ágil; uma revista realmente diferente, como se propuseram a fazer.

Faço estas referências, Sr. Presidente, porque, no instante em que o mercado de trabalho no Brasil está tão ruim por causa desta terrível recessão econômica, é importante que surja mais um local de trabalho para a imprensa brasileira, sobretudo um local de trabalho com um veículo como é a revista *Afinal*. Há mais ainda, Sr. Presidente. No momento em que o País trava uma luta enorme para reconquistar o direito à luta política plena e aberta, no momento em que o País luta para o processo de redemocratização, é muito importante que mais uma revista semanal, uma revista de informações, de análise e de críticas, surja no País para levar até o povo brasileiro todas as preocupações que hoje tocam não apenas os políticos, mas também a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, eu queria, também, deixar apenas uma palavra. Eu queria lamentar profundamente, Sr. Presidente, esta coisa inacreditável que esta Casa e que o Congresso Nacional viu hoje, que foi a terrível e deprimente decisão do Sr. Presidente do Senado quanto à Emenda Theodoro Mendes.

Ora, Sr. Presidente, o ilustre Sr. Presidente do Senado deixou a Nação, durante três semanas, esperando uma decisão, fazendo charmes incriveis na televisão, guardando papeizinhos dobrados num bolso e tirava-os de um bolso e colocava no outro e o País todo ficou esperando uma decisão histórica. E S. Ex^a dizia que iria ser uma decisão histórica e, de repente, como na fábula, a montanha pariu o ratinho. Um camundongo, Sr. Presidente, foi a decisão do Presidente do Senado! Depois de toda essa encenação, o ilustre Presidente do Senado contrariou até a biografia dos políticos.

Sr. Presidente, eu já vi muitas vezes os homens públicos se sacrificarem, terem dificuldades, às vezes imolarem a própria vida para entrarem na história. O Sr. Presidente do Senado quase vai ao enfarte, para quê, Sr. Presidente? Para lamentavelmente sair da História.

Ora, Sr. Presidente, este País merece um pouco mais de respeito e de seriedade. Que não seja do Poder Executivo, que já não respeita o povo; mas que seja ao menos do Poder Legislativo.

O Sr. Presidente do Senado não tinha o direito de fazer tanto charme, de disputar horas, minutos, colunas de jornais, horários de televisão, fazer um charme fantástico, trazer do Espírito Santo até a família, como se fosse ser assassinado em praça pública, para, de repente, decidir submeter ao Sr. Aloysio Chaves, ilustre Líder do

PDS no Senado e ao Deputado Nelson Marchezan, aos Líderes do PDS, se manda ou não a Emenda Theodoro Mendes para plenário.

Ora, Sr. Presidente, para isso o ilustre Presidente do Senado não precisava ter feito tanto charme. S. Ex^a chamaria um assessor, uma secretária e dizia: "telefone para Aloysio e diz para ele".... É preciso gastar três semanas dos suspiros da Nação para, de repente, numa decisão tão mesquinha, tão pífia! Imagino até, Sr. Presidente, desculpe-me pode ser que a expressão seja forte mas acho que não, foi uma decisão minúscula. Na verdade, infelizmente, uma decisão acorvadada por causa de uma entrevista no "forte apache".

É lamentável, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer. (Muito Bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Na verdade, depois do grande movimento popular que este País viveu nos primeiros meses deste ano, mais uma vez ficou constatado que este regime, ao longo dos vinte anos, montou aqui neste Congresso um verdadeiro bloqueio institucional. Há uma verdadeira muralha de leis, que foi montada para impedir que a vontade majoritária, maciça, esmagadora da Nação, se transformasse em decisão política. E uma das provas de que este Congresso, através de uma Constituição autoritária, foi transformado em bloqueio institucional da vontade popular, uma das provas é o nosso próprio Regimento Comum, das duas Casas deste Congresso, que dá ao Presidente o poder de impedir que o Plenário se manifeste, simplesmente porque S. Ex^a se recusa a colocar em votação a Emenda Theodoro Mendes. Uma emenda constitucional que tem até uma certidão desta Casa, caracterizando-a como a primeira na sequência das emendas constitucionais a serem votadas. Este verdadeiro bloqueio institucional montado aqui, esta Constituição autoritária, este Regimento Interno autoritário que dá superpoderes ao Presidente do Congresso, — dá o poder, inclusive, de impedir que a Casa funcione — são evidentemente coisas que precisam ser reformuladas com urgência, neste País. Está provado que nada poderá se fazer sem destruir esses pilares de sustentação do autoritarismo, que é uma Constituição eivada de princípios antidemocráticos e, acima de tudo, um Partido submisso, com políticos que não têm autonomia, que não têm independência em suas decisões, que se submetem às imposições que vêm do Palácio do Planalto.

O Senador Moacyr Dalla, um homem que, como cidadão, nos merece todo respeito, tinha três alternativas: colocar em votação a Emenda Theodoro Mendes, ou submetê-la ao Plenário, ou ainda, passá-la para o fim da fila, reconhecendo a questão de ordem levantada pelo nobre Senador Hélio Gueiros quanto à renovação de matéria. Mas das opções que tinha, S. Ex^a optou exatamente por aquela que todos já conheciam: decidiu entregar às Lideranças.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, isso todos nós já sabíamos, quanto a isso não havia nenhuma novidade, não precisava o Sr. Moacyr Dalla marcar oito dias de prazo para apresentar sua decisão. Das opções que tinha o Sr. Moacyr Dalla, colocar em votação, passar para o fim da fila, ou submeter ao Plenário, infelizmente S. Ex^a optou pela menos democrática, que é a decisão arbitrária de impedir a votação, de torná-la impraticável, empurrando a Emenda Theodoro Mendes para o último vagão do trem legislativo.

Sr. Presidente, quando o Presidente do Congresso solicita, requer um parecer da Comissão de Constituição e Justiça, é da tradição desta Casa, é da tradição moral

deste Parlamento que, uma vez acionado pelo próprio Presidente, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça seja, no mínimo, ouvido e respeitado. Mas o Presidente deste Congresso que, por sua iniciativa, fez a consulta à Comissão de Constituição e Justiça, ele próprio dispensou a opinião dessa Comissão, e assim, S. Ex^a incorre na infração de uma regra ética. Se S. Ex^a solicitou o parecer da Comissão, eticamente estava comprometido a seguir sua orientação. No entanto, contrariando a própria tradição e infringindo uma regra ética, o Sr. Moacyr Dalla frustra a vontade majoritária da sociedade brasileira e se recusa a colocar em votação a Emenda Theodoro Mendes.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, queremos registrar aqui a nossa inconformidade pelo fato de o Sr. Moacyr Dalla ter, de forma solitária, a ousadia de arrostar a Nação, de arrostar 90% dos brasileiros assumindo para si a responsabilidade de impedir que os brasileiros escolham o mandatário maior da Nação.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — O tempo de V. Ex^a já está encerrado há três minutos.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Sr. presidente, consulto V. Ex^a se há outros oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Há três oradores que estão aguardando.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Então encerro imediatamente.

Não há dúvida nenhuma de que o Sr. Paulo Maluf, amanhã, dirá que é a favor das eleições diretas. Também não há dúvida de que o Presidente Figueiredo dirá que é a favor das eleições diretas. E o Sr. Moacyr Dalla haverá de ficar solitário com a responsabilidade e a pecha histórica de ter, solitariamente, sozinho, afrontado a vontade da Nação e impedido o povo brasileiro de caminhar livremente para a reconquista do processo democrático.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Com a palavra a nobre Deputada Lúcia Viveiros.

A SRA. LÚCIA VIVEIROS (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quero registrar que sempre fui a favor da votação da Emenda Theodoro Mendes. Por tudo isso, parodiando Victor Hugo: "Há uma força mais poderosa do que tudo". É uma vontade cujo tempo tenha chegado, e está é a vontade do povo brasileiro: votar nas "Diretas Já".

Uma vez que o nobre Presidente desta Casa, Deputado Flávio Marçílio, declarou hoje à tarde não ter tido intenções de apresentar subemenda à proposta de emenda constitucional do Deputado Jorge Carone, que logo mais será lida nesta Casa, como haviam noticiado os jornais, então eu o farei. Apresentarei à Comissão Mista uma subemenda à Emenda Jorge Carone, que repete integralmente a emenda que foi enviada e retirada pelo Presidente Figueiredo, inclusive quanto às eleições para o Distrito Federal; diminuição para 4 anos do mandato de Presidente da República, mudando apenas no que se refere às diretas, que devem ser já em 1986.

Minha subemenda modifica a Lei de Inelegibilidade, capítulo das desincompatibilizações, de forma a permitir que os ocupantes de cargos, como Governadores e outros, possam se afastar das posições que ocupam, somente 3 meses antes das eleições, a fim de poderem concorrer como candidatos à Presidência da República, através de diretas já. Minha subemenda anula ainda o § 2º do art. 3º, para impedir a constituição de Territórios em Estado, dependendo de lei complementar de iniciativa do Presidente da República, dispensando a consulta plebiscitária, pois é sabido que já tentaram desmembrar o sul do Pará, onde estão as maiores reservas de ouro do mundo.

Nunca é pouco afirmar, lutarei para votar novamente nas "Diretas Já" se o PMDB permitir.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Em primeiro lugar, paguei 4 vezes para ver e vi que a situação do País não estava realmente tranqüila, os Ministros militares já estavam se pronunciando e dizendo, ao mesmo tempo, que aquilo era a parte política. O certo é que já havia uma onda de radicalismo da parte política e dos setores militares. Como já assisti o fechamento desta Casa, e fui dos últimos a sair, quando cassaram a minha esposa que era Deputada Federal, estou compreendendo que a situação vai caminhar para o mesmo ponto. Assim, resolvi apresentar este projeto, esta emenda constitucional.

Agora, quero esclarecer que não faço o jogo de ninguém, não faço o jogo de Maluf, eu não faço o jogo de Tancredo, eu não faço o jogo do Presidente Figueiredo. Vim aqui para fazer o jogo do povo que já está muito sacrificado e sofrido.

Quando apresentei esta emenda, lembro-me de que o Deputado Nelson Marchezan enumerou os benefícios que perdemos, benefícios importantes, pois todos sabem que os Municípios e os Estados andam completamente sem verbas, e com esta emenda daríamos 20% para os Estados, na exportação. O Estado do Rio de Janeiro seria muito bem beneficiado, os Estados do Nordeste, o Estado de São Paulo e o Estado de Minas Gerais também.

Examinei também o que dizia respeito ao Imposto de Consumo, vi a lei da paridade, os servidores públicos com um aumento insignificante e sem direito a um reajustamento de acordo com sua aposentadoria, aumentando o vencimento dos ativos, ficando os inativos prejudicados; vi a representação de Brasília, que é muito importante.

Não sei realmente qual é o pensamento dos que estão obstruindo, porque não existe nada mais importante do que proibir o Governo de legislar sobre matéria tributária.

Eu estava e estou solidário com a Emenda Theodoro Mendes. Por isso, durante 30 dias eu já estava com minha emenda pronta mas não a apresentei, porque aguardava que o Deputado Elquisson Soares desse sinal verde para apresentá-la. Mesmo depois do sinal verde, ainda esperei mais 10 dias.

Quero dizer que a emenda não é minha quero reconhecer. O Presidente Figueiredo mandou a emenda para esta Casa. Sua Excelência prometeu e jurou fazer deste País uma democracia, e sentimos que houve um início da anistia, porque eu e vários que aqui estão fazendo obstrução temos a anistia que foi dada pela OAB, pelos estudantes, pelo povo nas ruas. Mas se o Presidente Figueiredo não a tivesse dado ela não teria vindo. Sabemos que o Deputado Freitas Nobre votou a emenda da anistia à última hora.

Temos a lei de inelegibilidade, temos eleições para os governadores, então resolvi reapresentar a emenda, resolvi apresentá-la em homenagem ao Congresso Nacional, ao povo brasileiro, principalmente ao povo que está sacrificado, está desesperado, e não tínhamos nenhuma saída.

Se a Theodoro Mendes não vai ser votada, então eu pergunto por que que o pró-diretas está fazendo campanha, não deixando votar a minha emenda? Parece-me até que os nobres Deputados não sabem se querem diretas; a minha não é direta não, a minha é diretíssima. Estou achando é que eles não querem nada, porque aqui está o art. 213, que diz:

"Art. 213. Para o período presidencial a iniciar-se em 1985, a eleição far-se-á nos termos da

Emenda Constitucional nº 1 de 1969, com as alterações sofridas até a Emenda Constitucional nº 22, de 1982, exceto quanto à duração do mandato, que será de quatro anos."

Então essa aqui é muito mais direta do que qualquer outra. Às vezes, chego até a duvidar da inteligência de alguns colegas, se é inteligência ou má-fé, ou as duas coisas. Por quê? Se eles querem direta, esta é mais direta do que qualquer outra. Então, não sei o que eles querem, a verdade é esta. Se ela é igual à do Presidente Figueiredo, com as 35 emendas que foram aprovadas, se houver o destaque acontece a mesma coisa. Não estou entendendo a jogada. Estou achando que V. Ex^s querem realmente fechar o Congresso, para mim é a mesma coisa. Estou há 18 anos na Oposição, 18 anos sem poder falar, 18 anos sem ter um mandato legislativo, se ficar mais 10, para mim é a mesma coisa. Há porém gente mais nova que vai sofrer as consequências.

Realmente, quando apresentei esta emenda foi em homenagem ao Presidente Figueiredo que jurou fazer deste País uma democracia e que vai fazer, queiram ou não Sua Excelência vai fazer. Se Sua Excelência quisesse e estivesse acompanhando determinados pronunciamentos, já teria fechado esta Casa. A verdade é clara e falo com muita idoneidade, porque passei 18 anos fazendo Oposição.

Então, pediria aos meus nobres colegas para que me deixem ler porque não é possível prejudicar mais a população.

Admiro o Grupo Pró-Diretas, do qual vários elementos assinaram esta emenda. A única coisa que desejo com sinceridade é que este País encontre um rumo certo, e que a classe política tenha um elemento na mão para discutir. Quero esclarecer que não apresentei, aqui, a emenda com relação às eleições nas Capitais, não a apresentei porque o nobre Deputado Freitas Nobre, Líder do meu Partido, já havia conseguido as assinaturas para apresentar a emenda das eleições nas Capitais. Peço que acreditem em mim, porque tudo pode realmente dar certo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Theodorico Ferraço.

O SR. THEODORICO FERRAÇO (PDS — ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Recordo-me da grande mensagem que podemos transmitir ao povo brasileiro nas praças públicas, que se converteram nas maiores reuniões que eu já tive oportunidade de ver até hoje, em toda a minha vida pública. Lembro-me dos grandes comícios que fizemos exigindo eleições "Diretas já", expurgando o Colégio Eleitoral como uma verdadeira imoralidade diante da vontade do povo brasileiro. E depois de várias tentativas nesta Casa, lamentavelmente, ficou frustrada a vontade de muitos dos Srs. Deputados e Senadores, em 81.5 da vontade da Nação brasileira.

Veio a primeira votação. E, aqui, um grupo de oposicionistas e de elementos da participação que ainda tinham viva em sua memória e no coração a representação popular, acima dos interesses partidários e até da Revolução, não obteve número, não nos foi possível votar a eleição direta.

Surgiu, como segunda alternativa, a Emenda Theodoro Mendes, como uma grande saída para este País; uma emenda democrática em dois turnos, e que podia perfeitamente interpretar os anseios da maioria do povo brasileiro. Mas o que se viu? Formou-se uma Frente Liberal, capitaneada pelo grande soldado Aureliano Chaves, que tinha toda a simpatia da Nação para ser o Presidente da República; e então se esqueceu da eleição direta para se formar uma frente com candidato a Presidente da República, quando se deveria formar uma grande frente para se adotar, neste País, apenas um regime, ao lado da eleição direta, para que se pudesse ter a manifestação de todo povo brasileiro.

Então, vem agora a grande oportunidade de se votar a Emenda Theodoro Mendes, quando grande parte do Partido, a que ainda pertença, anuncia sua simpatia pela eleição direta; quando a grande maioria da Oposição deseja a eleição direta, e se esbarra, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, numa ditadura, numa monstruosidade que se chama Regimento do Congresso Nacional, onde um homem só tem o poder de barganhar até a consciência de todos os Senadores e Deputados. Não que ele tivesse pedido, ou que tivesse exigido, mas que um Regimento espúrio e imoral, contrariando 2/3 da maioria esmagadora desta Casa, coloca na mão de um só homem a sua vontade de dar ou não dar, de entender ou não entender, pouco importa a sua decisão. O fato é que já não se pode falar mais em ditadura, a não ser a ditadura que ainda impera nesta Casa, com um Regimento tão espúrio quanto o Colégio Eleitoral, que não haverá de me ter aqui para dele participar. Isso porque, em praça pública, condenei esse Colégio Eleitoral e não pretendo dele participar porque nossa luta tem de ser uma só: eleições diretas, ainda que seja no último minuto, no último segundo do dia 15 de janeiro, para que o Presidente da República possa dirigir este País com a consciência de ter a vontade da maioria do povo brasileiro, e não de apenas 686 Srs. Membros do Colégio Eleitoral.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, como Líder.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPlicy (PT — SP. Como líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: Infelizmente, o Senador Moacyr Dalla, contrariando as expectativas e as esperanças da Nação, resolveu não decidir colocar na Ordem do Dia a Emenda Theodoro Mendes, embora saiba ser essa a vontade da Nação e a vontade de grande maioria, possivelmente de mais de 2/3 do Congresso Nacional.

Em sua justificativa, o Senador Moacyr Dalla mencionou que eu próprio havia requerido que fossem consideradas as 80 assinaturas adicionais apresentadas à Emenda Theodoro Mendes. Não considerou que aquelas assinaturas adicionais seriam um reforço à própria justificativa, ao próprio relato, ao próprio parecer do Senador Hélio Gueiros, do PMDB, indicando a necessidade de colocar, na Ordem do Dia, a Emenda Theodoro Mendes. Isso por várias razões: seja porque ela era diferente,

na sua natureza, da Dante de Oliveira; seja porque ela tinha o direito assegurado de tramitar naquele dia da Dante de Oliveira, e não o foi; seja porque esse era um direito que ainda caberia e deveria ser colocado em nova sessão; seja porque também estava recebendo mais assinaturas.

Tendo recebido as 80 assinaturas adicionais, e tendo o Presidente do Senado mandado publicar, ainda cabe aos Deputados e aos Senadores, então, complementar o número de assinaturas, de tal maneira a se obter até 320 assinaturas na Câmara dos Deputados, completando os dois terços, e até 66 assinaturas no Senado, complementando também dois terços.

Com dois terços de assinaturas na Câmara e no Senado — o que é perfeitamente factível, é muito possível isso, porque com facilidade se obterão essas assinaturas — pela mesma razão invocada pelo Presidente do Senado, S. Ex^a terá que aceitá-las e mandar publicar essas novas assinaturas. Com isso, a Emenda Theodoro Mendes ganhará precedência em todas as fases de leitura, de apreciação de votação, de tramitação, já tendo, inclusive, ultrapassado todas as fases. Ela, portanto, terá condições de ganhar precedência, da mesma forma que a emenda agora assinada pelo Deputado Jorge Carone, que contou com dois terços de assinaturas da Câmara e do Senado.

Assim, a Emenda Theodoro Mendes pode, com facilidade, se houver um esforço coordenado de todos os que se empenham pela eleição direta, por todos os Partidos da Oposição e por aqueles que, no PDS, também são a favor da eleição direta, podem, num espaço de dois ou três dias, completar essas assinaturas até se conseguiu os dois terços:

Não cabe, pois, qualquer justificativa de imobilidade da parte dos Parlamentares. Se o Senador Moacyr Dalla diz que espera um acordo de Lideranças, e se a Liderança do PDS teimosamente quer negar essa aspiração do povo brasileiro, neste Congresso, na Câmara e no Senado, há de haver dois terços de Senadores e de Deputados dispostos a assinarem a Emenda Theodoro Mendes, para que ela ganhe precedência e venha a ser tramitada na Ordem do Dia; porque uma emenda assinada por dois terços do Senado e da Câmara dos Deputados tem de ter a mesma precedência, conforme manda a Constituição, a mesma força que uma emenda apresentada pelo próprio Presidente da República.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Jacques D'Ornellas — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao nobre Deputado Jacques D'Ornellas.

O SR. JACQUES D'ORNELLAS (PDT — RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum e tendo em vista a exigüidade de número, peço a suspensão da sessão. E isso justificando, Sr. Presidente, porque essa medida é justamente para trazer de volta ao Congresso Nacional os Senadores e os Deputados que aqui têm de comparecer, porque aqui é que se resolvem essas questões, e não ficar apenas assumindo compromissos nos palanques, dizendo que querem diretas, dizendo que querem democracia, dizendo que querem participação popular, dizendo que querem melhores condições para o povo brasileiro.

Esses Parlamentares que assumem compromisso no palanque, na praça pública, quando aqui chegam não assumem essa responsabilidade. E temos visto um Congresso esvaziado, na medida em que esses Deputados e Senadores não comparecem para cumprir seu papel, seu dever, aqui dentro desta Casa.

Acima de tudo, por determinação, por resolução de grupo Só Diretas, apesar de toda essa decisão do Senador Moacyr Dalla, pretendemos colocar, fazer ressurgir a Emenda Theodoro Mendes, que estabelece as "Diretas já". É preciso que os Deputados e Senadores assumam concretamente, pelo seu voto, se querem eleições diretas se querem alternância do poder, se querem modificação neste País, desse estado econômico de miséria e desemprego que aí está, ou se querem apenas ficar com a hipocrisia e com a falsidade, não assumindo aqui, qualidade de Parlamentar eleito pelo povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — É regimental o requerimento de V. Ex^a, Deputado Jacques D'Ornellas. Efetivamente, não existe 1/6 de Srs. Senadores, nem 1/6 de Srs. Deputados em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 15 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 34, 35, 36 e 37, de 1984-CN (9ª Sessão); 38 e 40, de 1984-CN (4ª Sessão).

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 10 minutos.)

Ata da 257ª Sessão Conjunta, em 10 de setembro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lenoir Vargas

ÀS 19 HORAS E 15 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Mor-

van Acayaba — Severo Gomes — Henrique Santillo — Mauro Borges — José Fragelli — Saldanha Derzi — Afonso Camargo — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Raulo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; Lúgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Ricardo Fiuza — PDS; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB.

Sergipe

Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Prisco Viana — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Bo-cayva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Franciso Studart — PTB; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Eudes — PT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Milton Reis — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; Mário Hato — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; José Tavares — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Hugo Mardini — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 41 Srs. Senadores e 195 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado José Mendonça de Moraes.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Hoje é dia do médico veterinário. A Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, por intermédio de um dos seus membros, quer homenagear todos os médicos veterinários, principalmente aqueles que, há mais de 50 anos, vêm ensinando em nossas faculdades de Veterinária e contribuíram efetivamente para a instrução de nossos técnicos, e principalmente para a saúde dos nossos animais.

Vi uma nota nos jornais, hoje, Sr. Presidente, lamentando o número excessivo de profissionais sem emprego. O mercado de emprego para o médico veterinário está obsoleto, está reduzido a nada. Somente aqueles que conseguem trabalhar no Ministério da Agricultura, em alguns dos seus departamentos, ou em alguma empresa estatal que cuida da saúde animal são os felizardos.

Venho aqui, Sr. Presidente, homenagear esses valerosos cientistas que cuidam de nossa fauna, que cuidam de nossos rebanhos, que cuidam da educação social de nosso povo. Ao mesmo tempo, quero lamentar e protestar contra os rumos da política econômico-financeira brasileira, seguindo a orientação do FMI, diminuindo a oferta de trabalho, diminuindo vagas, porque tolhe a origem dos recursos que paga aos operários, que são as empresas, dificultando a expansão de empresas agropecuárias neste País, para desta forma oferecerem empregos a muitos veterinários, a muitos agrônomos, a muitos técnicos-agrícolas etc.

Sr. Presidente, é lastimável que, num dia de festa para os médicos veterinários, eles estejam hoje lamentando — eles próprios — a falta de mercado de trabalho. Nem mesmo têm condições de, por iniciativa própria, exercer a sua profissão, mesmo numa fazenda própria, numa pesquisa própria, porque lamentavelmente recursos não existem para que essas iniciativas possam dar vazão à necessidade nacional.

Eram essas as colocações, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer nesta sessão. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jacques D'Ornellas, pela ordem.

O SR. JACQUES D'ORNELLAS — Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Exª, dada a evidente falta de quorum, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — É regimental o requerimento de V. Exª. Efetivamente, não existe 1/6 de Srs. Senadores nem 1/6 de Srs. Deputados em plenário.

Antes, porém, de encerrar a presente sessão, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à apreciação das Mensagens nºs 61 e 62, de 1984-CN, referentes aos Decretos-leis nºs 2.111 e 2.112, de 1984.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 22 minutos.)

PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70 160

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO

(4ª edição)

Texto constitucional vigente (incluindo a Emenda Constitucional nº 22/82) comparado à Constituição promulgada em 1967 e à Carta de 1946.

152 notas explicativas, contendo os textos dos Atos Institucionais e das Emendas à Constituição de 1946.

Índice temático do texto constitucional vigente.

Preço: Cr\$ 900,00

380 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

CÓDIGO PENAL

(anotado)

2ª edição — 1982

- **Texto vigente do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7-12-40, com todas as alterações)**
- **155 notas explicativas**
- **Minucioso índice temático**

386 páginas

Preço: Cr\$ 1.500,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas

Senado Federal

22º andar — Brasília—DF

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal) ou pelo REEMBOLSO POSTAL.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00